

Sumário

1. Introdução	13
<i>Capítulo I</i>	
2. Do orçamento público	19
2.1. Características Gerais das Leis Orçamentárias	19
2.2. Aspectos político, econômico, técnico e jurídico do orçamento	21
2.3. Hierarquia constitucional	25
2.4. Do orçamento público	29
2.4.1. Natureza jurídica	29
2.4.2. Fio histórico	32
2.4.3. Leis formais e leis materiais	37
2.4.4. Posicionamento da doutrina e da jurisprudência brasileiras frente à à teoria das leis formais	44
2.4.4.1. Do suporte doutrinário	44
2.4.4.2. Do suporte jurisprudencial	48
2.4.5. Razões para uma nova concepção de orçamento	49
2.4.5.1. Da forma e do sistema de governo	50
2.4.5.2. Da fonte constitucional	51
2.4.5.3. Da base doutrinária	52
2.4.5.4. Do tempo e o direito	54
2.4.6. Do orçamento como lei no aspecto formal e material	57
2.4.6.1. Do aspecto formal	58
2.4.6.2. Do aspecto material	62
2.4.7. Características intrínsecas da LOA	70
2.4.8. Imperativo ou autorizativo?	81
2.4.9. Do conteúdo orçamentário	91
2.4.9.1. Conteúdo vinculado	93
2.4.9.2. Conteúdo discricionário	95
2.4.9.3. Da linguagem do orçamento	104
2.4.9.4. Fatores que delimitam a elaboração do orçamento	106
2.4.9.4.1. Limitação de recursos	108
2.4.9.4.2. Escolhas trágicas	111

3. Fundamentos teóricos – por que o orçamento deve ser respeitado?	116
3.1. O respeito à legislação	119
3.2. O que justifica o respeito à lei	120
3.2.1. Sabedoria da multidão	120
3.2.2. Reconhecimento da comunidade	122
3.2.3. Formalidade na sua elaboração	123
3.2.4. Impossibilidade de completa concordância social	124
3.3. O respeito à legislação e a relação com o seu conteúdo	126
3.4. O procedimento legislativo como purificador da personalidade representativa	129
3.5. O orçamento e a sua autoridade	133
 <i>Capítulo II</i>	
4. Intervenção judicial no orçamento público	135
4.1. Constituição Federal de 1988 – reflexos imediatos	137
4.1.1. Atuação judicial distante dos custos	137
4.1.2. Do crescente aumento do papel do Judiciário (ativismo judicial)	142
4.1.3. Da inabilidade judicial de proferir decisões com efeitos de lei	148
4.1.4. Atividade política e o papel judicial	152
4.1.5. Dos direitos sociais	158
4.1.6. Indefinição do seu conteúdo	163
4.1.7. Dispêndio de recursos públicos na sua proteção	173
5. Da não justicialidade das alocações orçamentárias	175
5.1. Impacto financeiro e impacto alocativo	177
5.2. Entraves técnicos	180
5.3. Entraves jurídicos	185
5.3.1. Normas constitucionais orçamentárias	185
5.3.2. Efeitos consequencialistas da decisão	189
5.4. Entraves ético-políticos	197
5.4.1. Da igualdade	197
5.4.2. Da Justiça	201
5.4.3. Da separação de Poderes	208
5.4.4. Do princípio democrático	215
6. Do controle constitucionalmente previsto	224
7. Como resolver conflitos	232
7.1. Quando há o programa respectivo com recurso disponível	235
7.2. Quando não há o programa respectivo, mas há recursos disponíveis	236
7.3. Quando não há o programa respectivo e não há recurso disponível	249
7.4. Quando há programa para determinado fim, mas não há recurso	251
8. Conclusão	255
Referências	269